

# Prefeitura continua com um dos melhores índices de transparência

Apesar de queda, Petrópolis ocupa o 11º lugar no ranking estadual na categoria ouro

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Petrópolis teve uma queda de 1% no que tange a transparência ligada às informações sobre obras municipais na avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública. Apesar da queda, o Executivo continua com um dos melhores índices do Estado do Rio de Janeiro, ocupando o 11º lugar na categoria ouro. Nesse sentido também caiu, pois em 2024 era o quinto no ranking, após subir 37,39%, mudando de intermediário para ouro.

O município durante o ano de 2025, apresenta um índice de transparência no Executivo de cerca de 87,88%, já no Legislativo, o percentual é de 81,69%, o que possibilitou a mudança de nível de intermediário para 'prata', registrando uma crescente de 32,51%, comparado a 2024.

## Queda

Conforme apresenta os dados, a queda de posição está entrelaçada à transparência relacionada às obras, apresentan-



Arquivo CM

Com o resultado, o município ocupa o 11º lugar na categoria ouro

do apenas 26,67% na dimensão total, não atendendo os critérios de avaliação. O portal aponta que tanto a Prefeitura e Câmara pecam na divulgação das intervenções, pois não disponibilizam informações contendo o objeto, a situação atual, as datas de início e conclusão de obra, empresa contratada e o percentual concluído.

## Pontos fortes

Dos 19 pontos analisados, os mais fortes identificados, pela disponibilidade de dados, foram sete que atenderam 100% dos critérios. Sendo eles: acessibilidade; despesas; educação; emendas parlamentares; informações institucionais; informações prioritárias e ouvidoria.

## Municípios vizinhos

Na Região Serrana apenas três municípios incluindo Petrópolis fazem parte da categoria ouro neste ano, sendo eles Nova Friburgo, oitavo no ranking e Cordeiro, no nono. Ambos subiram de intermediário para ouro, crescendo 38,20% e 33,50% respectivamente.

Friburgo tem um nível de 91% e Cordeiro 85,64%.

## Programa

O Programa Nacional de Transparência Pública foi criado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), que faz a avaliação junto com tribunais de contas de todo país. O objetivo é padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência.

A Controladora-Geral do município, Juliana Salvini, destacou que o objetivo da gestão é continuar implementando novas metodologias e sistemas que simplifiquem o acesso para que Petrópolis chegue ao nível "diamante", o que possibilita um destaque maior no quesito transparência.

## Justificativa

O Executivo não respondeu os questionamentos em relação às informações públicas referentes às obras, até o final desta edição.

# Reunião técnica convocada pelo MPF analisa tarifa de pedágio a R\$ 21

Após 36 dias de vigor do novo valor de pedágio na BR-040, a R\$ 21,50, o Ministério Público Federal – que abriu procedimento administrativo para apurar o cálculo que majorou a taxa em 45% – realizou reunião técnica nesta terça (09) para destalar a composição da tarifa, com participação de técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), peritos do MPF, representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da sociedade civil. O movimento empresarial Petrópolis 2030 participou e mostrou preocupação no impacto do valor na economia.

Um audiência pública será realizada no dia 18, às 13h30, no auditório da Fase quando o tema volta a ser exposto. Em paralelo, o MP vai analisar o cálculo defendido pela ANTT para trazer a público a conclusão do procedimento que abriu para apuração da majoração. A Agência e o TCU asseguraram na reunião que o valor corresponde ao com-

pactado em contrato. Outro ponto é que um novo aumento está previsto apenas para maio de 2027. A reunião teve a presença do prefeito Hingo Hammes e de representante do deputado federal Hugo Legal, além de secretários municipais e da Procuradoria-Geral da União.

## Impacto na economia

Para o usuário comum que faz o trajeto diário entre Petrópolis e o Rio de Janeiro, o impacto no bolso é imediato, com aumento no custo das viagens seja de carro ou ônibus. Para o transporte de carga, o movimento Petrópolis 2030 alerta que o aumento tem efeito direto sobre a economia e a logística local e regional. O acréscimo na tarifa eleva o custo do frete, encarece a movimentação de mercadorias e pressiona toda a cadeia logística. Pequenas e médias empresas, que dependem do transporte rodoviário, podem sentir o impacto na competitividade, e parte desse custo tende



Divulgação/Min. Transportes

Para um carro de passeio, considerando ida e volta ao Rio, o custo com o novo valor subiu R\$ 13.

a ser repassada ao consumidor final. O efeito se estende por municípios do entorno e ao longo de toda a rota, afetando o fluxo econômico e comercial entre Rio, Petrópolis e Minas Gerais.

Para um carro de passeio, considerando ida e volta ao Rio, o custo subiu R\$ 13. Na tarifa anterior o pagamento era de R\$ 29,00 e agora passou para R\$ 42,00. Já um caminhão de três eixos, porte médio, o acréscimo é de R\$ 32,68 saindo de R\$ 72,60 considerando a tarifa anterior, para R\$ 105,28 na atual.

Cláudio Mohammad, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Petrópolis, liderança do Petrópolis 2030, pontua sobre o peso na economia. "O impacto é considerável com os 45% de rea-

juste. Ele incide principalmente no custo de frete de mercadorias e atinge não apenas Petrópolis, mas todo o fluxo até Minas, são sete cidades as mais atingidas pelo gasto. É uma discussão que deve envolver esses municípios também", aponta.

## Polêmica do pedágio da BR-040

A concessão do trecho entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro passou para a Elovias S.A. no dia 4 de novembro, abrindo um novo ciclo de 30 anos de operação da BR-040. Logo nos primeiros dias, porém, o reajuste da tarifa de pedágio passou de R\$ 14,50 para R\$ 21, despertou reação e levou o assunto ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Embora, na assinatura do contrato, em outubro, as autoridades federais, incluindo o Ministro dos Transportes, Renan Filho, tenham falado em uma tarifa de R\$ 17 — com possibilidade de redução para usuários frequentes —, a ANTT autorizou um valor 45% maior que o anteriormente cobrado. A medida motivou uma representação conjunta do prefeito Hingo Hammes e do deputado Hugo Leal no TCU, pedindo a suspensão do reajuste.

Diante das dúvidas sobre os cálculos e a transparência do processo, o MPF instaurou um procedimento administrativo e deu início a uma perícia técnica em Brasília. Tanto a ANTT quanto a Elovias passaram a encaminhar as informações exigidas.

Nesta semana, o MPF convocou uma reunião técnica com ANTT, TCU, peritos e representantes da sociedade civil para esclarecer como a tarifa foi composta e garantir que o valor esteja em conformidade com a legislação, o edital e o contrato de concessão. Um audiência pública dia 18, às 13h30, no auditório da Fase, em Petrópolis, volta debater a tarifa.

Sobre a cobrança de R\$21 e os apontamentos da reunião, o Correio questionou à concessionária e aguarda um posicionamento.